

CAPITÉIS ROMANOS: ESTRUTURA, ESTÉTICA, SIMBOLISMO

José d'Encarnação*

In memoriam do Prof. J. M. Bairrão Oleiro

A visão dos capitéis românicos

Numa qualquer panorâmica sobre o estilo românico europeu, designadamente no que ao seu legado arquitectónico religioso diz respeito, a chamada «gramática decorativa» dos capitéis não pode passar despercebida. O capitel exerce aí uma função estrutural de suporte de abóbadas; mas, por ter espaço vazio, cedo os artistas o cobijaram para nele esculpirem ornamentos - primeiro, quiçá, meramente geométricos, de singela e bonita ocupação de espaço, mas logo depois eivados de simbolismo:

A arte românica, escreveu Henri Focillon (1965, 17), «multiplicara o homem na besta e a besta no homem impossível. Suspendera nos capitéis toda uma série de quiméricas capturas e selara o tímpano das igrejas com o sinete do Apocalipse. Esses seres submetidos a incessantes metamorfoses deixam transparecer, todavia, pela sua profusão e variedade, a impaciência duma génese que, no dédalo de uma estilística abstracta, procura atingir a vida. Dir-se-ia que não se trata do mundo criado mas do sonho de Deus na véspera da criação, o esboço terrível de Sua obra. Estamos perante a enciclopédia do imaginário antes de nos postarmos diante da enciclopédia do real».

Mais adiante (p. 232), Henri Focillon dirá que esta iconografia românica nos transmite «a epopeia de Deus, a epopeia do fim do mundo e a epopeia do caos», balançando-nos entre a «transfiguração de Deus e a deformação das criaturas», precisamente porque se trata de uma técnica «arquitectónica, no sentido em que submete as figuras ao espaço em que elas têm de se posicionar» e «ornamental, na medida em que as desenha e combina» com funções de ornamento (p. 233). Fazendo partir essa decoração do capitel coríntio, acentua como o artista românico foi hábil nesse casamento das formas humanas com a pedra em determinado espaço: «As desproporções e as flexões a que tal tratamento obrigou o organismo vivo emprestam-lhe uma eloquên-

* Universidade de Coimbra.

cia inesperada» (p. 235).

E quando Nikolaus Pevsner se interroga acerca da origem dos motivos fitomórficos e animalísticos que decoram os capitéis das catedrais românicas, responde, sem hesitar:

«Não se trata de uma decoração de inspiração naturalista. Estes motivos derivam dos manuais decorativos dos construtores, longinquamente influenciados pela decoração das iluminuras manuscritas, dos objectos de marfim, etc. A originalidade era, então, um conceito desconhecido. O mesmo acontecia com a observação da natureza» (o. c., 76).

Nessa ordem de ideias, não deixa de ser curioso assinalar, com Jacques Le Goff (1985, p. 27), que, no Ocidente medieval, se assiste «a uma desumanização do universo que desliza para um universo animalista, para um universo de monstros ou de bichos, para um universo mineralógico, para um universo vegetal. Há uma espécie de recusa do humanismo, uma das grandes bandeiras do cristianismo medieval que se funda na ideia do homem feito à imagem de Deus. Frente a um humanismo cristão (...), frente a um humanismo que se apoia na exploração crescente de uma visão antropomórfica de Deus, houve, na área do maravilhoso, uma certa forma de resistência cultural».

Os estudos sobre capitéis romanos peninsulares

Poderá perguntar-se a que propósito vem todo este excurso, se a proposta patente no título ia no sentido de aqui se abordarem os capitéis romanos.

É que – se não erro – a perspectiva com que logo se estudam os capitéis patentes nos edifícios medievais (românicos e góticos, por exemplo) não é, não tem sido, o motor do estudo dos capitéis datados da época romana.

Aliás, aos capitéis romanos, certamente porque desprovidos dessa iconografia emblemática que de imediato atrairá atenções na Idade Média e, por outro lado, por nada mais serem, aparentemente, que cópias de modelos estereotipados gregos, pouca atenção se tem dedicado. Elementos arquitectónicos, passíveis de, mediante cálculos, darem a altura das colunas que encimavam e, através dela, dos edifícios de que faziam parte. Nada mais. Descrição sucinta, dimensões – objecto arqueológico, material.

Quando, nos primeiros anos da década de 80 do século passado, José Luís de la Barrera Antón, por sugestão de José Maria Álvarez Martínez, empreendeu a tarefa de estudar os 109 capitéis de Mérida, sabia que não havia tradição de estudos deste âmbito tanto em Espanha como em Portugal; que raros eram os especialistas a que poderia recorrer e que, finalmente, pouco ou nada se conhecia do contexto arqueológico original dessas peças literalmente amontoadas no Museu Nacional de Arte Romano. Mas a análise a que procedeu veio permitir afinar cronologias para a construção do chamado «Templo de Diana» e do teatro, mormente também através da observação cuidada da decoração, chegando mesmo à conclusão de que eram obra de «artistas gregos bem familiarizados com formas e estilos então muito em voga na própria Grécia», ou seja, nos primeiros anos do reinado de Trajano, como assinala o próprio J. M. Álvarez no prólogo dessa obra de Barrera Antón (1984, 6).

Foi este, certamente, um trabalho pioneiro (M^a Angeles Gutierrez começara também então): a cuidada observação do material permitiu detectar as pedreiras donde provinha; a descrição tinha uma finalidade de integração espaço-temporal.

Não conheço os trabalhos de M^a Angeles Gutierrez nem, particularmente, o de 1992, citado por Lídia Fernandes (1999), em que – de acordo com o título – se conjectura uma visão global deste tipo de elementos arquitectónicos na Península Ibérica; certamente não andarei, porém, muito longe da verdade se considerar que, também aí, nos manteremos, ainda, numa perspectiva

vincadamente arqueológica (a estrutura, a estética, as correntes artísticas, eventuais oficinas e locais de produção...), sem que se passe além: ao mundo do simbolismo, ao universo das ideias, do Homem que, afinal, está por detrás de uma escolha consciente – como atrás se falou em relação aos tempos medievais.

Sempre me cativou (confesso) a réplica em gesso que nos dá as boas-vindas ao entrar no Palácio de Sub-Ripas, sede do Instituto de Arqueologia de Coimbra. Um capitel do templo romano de Évora. Impressiona pelo 'gigantismo', pois se encontra ao nível dos nossos olhos, quando, na realidade, foi pensado para ser visto de quase uma dezena de metros abaixo.

Entusiasmaram-me também os trabalhos de Theodor Hauschild no templo de Évora (1988, 1989-1990) e o que escreveu sobre um capitel de Beja (1992).

A investigação na Universidade Nova de Lisboa

Mas foi de modo especial João Manuel Bairrão Oleiro que, ao assumir funções docentes no âmbito da História da Arte Antiga na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na sequência do que haviam sido as descobertas de Conimbriga, nomeadamente no campo das colunas e dos capitéis, incitou os seus estudantes a dedicarem-se a esse estudo, insistindo na tónica estético-arqueológica, mas não deixando de apontar direcções mais arrojadas.

Entre eles conta-se Lúcia Fernandes, que defendeu, em 1998, tese de mestrado entregue em 1997, subordinada ao título *Capitéis Romanos da Lusitânia Ocidental*, em quatro volumes, num total de cerca de 2000 páginas. Escolheu-se um território situado sensivelmente entre as duas principais vias que ligavam *Olisipo* a *Emerita Augusta*, numa tentativa de se detectarem influências directas da capital da Lusitânia, o que, afinal, não se terá verificado a não ser em encomendas de tipo oficial, mas que seriam iguais para Mérida e para todas – ou quase todas – as partes do Império. A existência de oficinas locais ganhou, assim, consistência neste estudo, que abarcou 116 peças.

Desse trabalho viria Lúcia Fernandes a apresentar um excerto, apenas sobre a Casa dos Bicos, em Lisboa (1999), de que estudou, entre outros elementos arquitectónicos, um capitel e um capeamento de ara.

Sobre estes últimos, muito semelhantes aos capitéis, também Carlos Vieira defendeu mestrado, na mesma Universidade Nova, em 1999, com dissertação intitulada *Capitéis de Ara do Território de Olisipo*, sob orientação de Justino Maciel.

A conclusão de Lúcia Fernandes (art. cit., p. 135) não deixa de ser sintomática para o raciocínio que vimos fazendo, pois termina reafirmando que os elementos por ela estudados são «produtos de qualidade, provenientes de oficinas que operariam ou em *Olisipo* (...) ou junto às pedreiras donde era extraída a matéria-prima, durante a primeira metade do séc. II», sendo de salientar que, embora «perfeitamente integrados nas correntes estéticas de então, denotam um certo afastamento dos cânones clássicos, facto que pode ser explicado por uma reelaboração provincial dos modelos tidos por base».

Sobre os capitéis romanos de Beja

Outra das mestrandas da Nova foi Maria Antonieta Brandão, que se dedicou, por seu turno, ao estudo dos capitéis de Beja e é sobre esse trabalho, apresentado em Fevereiro de 1994, mas só publicado em 1999, que particularmente gostaria de me debruçar. Aliás, pedi a Lúcia Fernandes que sobre ele também tecesse alguns comentários, não deixando de ser curioso que L. Fernandes se sentiu na obrigação de afirmar, logo no início da sua recensão (2000, p. 299) que «o panorama

de estudo sobre estes elementos é quase nulo» e que os investigadores se limitam a referências «sem que sejam elaborados estudos de pormenor ou tentativas de integração arquitectónica».

Louve-se, em primeiro lugar, a Câmara Municipal de Beja por, com o patrocínio de uma entidade privada, ter lançado mãos a uma edição que, à partida, não se antojava como 'comercial' e, também, não assaz aliciante, dado – como se disse – a escassez de interesse pelo tema.

São 302 páginas, cujo conteúdo fundamental se divide claramente em duas partes: os capítulos III e IV.

No capítulo III (p. 39-99), procuram caracterizar-se, de forma eminentemente didáctica e com o auxílio de gravuras retiradas de várias obras, os diversos tipos de capitel: o jónico, o coríntio, o corintizante e o compósito. E, embora se explicita que se tratará da «morfologia e caracterização evolutiva das tipologias referentes aos capitéis de Beja», não é, de facto, dos capitéis de Beja que se trata, mas sim de considerações teóricas gerais sobre cada um dos tipos, o que constitui, decerto, se não erro, a primeira grande síntese didáctica sobre o tema.

Reconheça-se-lhe esse inestimável valor como importante vade-mécum, até agora inexistente entre a literatura da especialidade. Aliás, deverá saudar-se, nesse âmbito, a inclusão, no final (p. 277-288), de um glossário em que, através da imagem e com referência à tradução do vocábulo noutras línguas, se explica o que é acanto, astrágalo, *balteus*, canal da voluta, cesto ou corpo, cimácio jónico, cimácio lésbico, equino, hipotraquélio ou colar, palmeta, pérolas e discos duplos, rolo, travertino, tufo e voluta.

O capítulo IV (p. 101-269) constitui o catálogo descritivo, por estilos (jónico, coríntio e corintizante), de 22 capitéis e 6 fragmentos. Páginas de cortina dividem cada um deles, de forma que a leitura – por via dessa airosa paginação – se torna leve. De cada peça se refere localização, proveniência, bibliografia (saliente-se que apenas nove peças não estavam inéditas!), descrição (sempre útil no seu carácter pomenorizado, por permitir comparações com elementos doutras zonas do Império romano), reconstituição, estudo analítico e comparativo – tudo devidamente acompanhado das correspondentes gravuras.

Encerra o livro a bibliografia consultada, em que se registam, todavia, alguns dos lapsos que, ultimamente, vão sendo frequentes: ausência de informação acerca das páginas em que os artigos se situam nas revistas ou nas obras de conjunto; citação de autores portugueses à maneira espanhola (exemplo: Bairrão Oleiro, Cenáculo Villas Boas), enquanto que a castelhana M^a Angeles Gutiérrez Behemerid vem alfabetada em Behemerid. Sobre a cidade de Pax *Iulia*, alguns títulos teria sido oportuno citar (ainda que haja de ter em conta que, para ser apresentada em Fevereiro de 1994, como atrás se disse, a investigação terá terminado, mui provavelmente, em meados do ano anterior); no entanto, a um texto como o de Vasco Mantas «Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja», *Geociências*, 5, 1990, 75-88, poderia ter-se tido acesso com proveito.

Capitéis e simbolismo

No prefácio, datado de 18 de Agosto de 1998, em que apresenta o trabalho e a autora, o saudoso J. M. Bairrão Oleiro escreve a dado passo, a propósito de Beja e da sua importância ao tempo dos Romanos:

«Estou, porém, convencido de que toda essa área continuará a ser uma caixa de surpresas e que os investigadores têm um longo caminho à sua frente até que seja possível completar lacunas e dissipar dúvidas que subsistem» (p. 9).

Maria da Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra, acaba de defender tese de doutoramento – que esperamos ver publicada em breve – precisamente sobre *A Cidade Romana*

de Beja – *Percursos e Debates acerca da «Civitas» de Pax Iulia* (Coimbra, Dezembro de 2000). Estudos outros a precederam e já hoje se têm desta capital de *conventus* algumas ideias acerca das suas gentes, do seu urbanismo, da sua história.

Ora aqui está um dos «rios» em que gostávamos de ter visto os capitéis de Beja haverem «desaguado» como afluentes. Para engrossar as águas, quiçá para as purificar até – completando aquelas lacunas e dissipando aquelas dúvidas a que muito bem aludia J. M. Bairrão Oleiro.

Aquele entrosar do objecto com as gentes que o quiseram criar, usar e ver; que escolheram aquele e não outro – porque esse tinham à mão, lhes era mais fácil de adquirir ou lhes dava um gozo maior.

Para isso requeria-se, pelo menos, que se gizasse panorâmica tanto quanto possível exacta – ainda que sucinta – do que foi *Pax Iulia*, quem lá viveu ao tempo dos Romanos, que influências culturais poderia ter sofrido...

E sobre isso algo nos ensinam os capitéis?

E aqui reside – e é pena – a fraqueza maior do trabalho de Maria Antonieta Ribeiro.

O «enquadramento histórico» e o «ambiente pré-romano» a que se refere na Introdução (p. 11) revelam-se utilíssimos, como reconhece, «para a compreensão de um povo que aceitou e viveu com a civilização romana». Contudo, tanto o capítulo I – subdividido em «O Baixo Alentejo pré-romano» (p. 17-21), «Os testemunhos arqueológicos» (p. 22-24) e «Caracterização geológica» (p. 25-29) – como o II (p. 31-37), que se debruça sobre a localização geográfica e o urbanismo de *Pax Iulia* e trata dos «vestígios arqueológicos romanos em Beja», pecam por serem demasiado genéricos e 'cheios' de mapas cuja utilidade é deveras discutível, sobretudo quando as legendas não correspondem ao que se vê (no mapa 2 faltam os números) ou se reproduz um mapa dos povos pré-romanos datado de 1974, quando, neste domínio, a investigação muito avançou nos últimos anos.

De resto, a 'ligação' entre o conteúdo desses mapas e o texto nem sempre se conseguiu: fala-se, por exemplo, em Túrdulos na linha I da pág. 20 e não há Túrdulos mencionados no mapa da página anterior. Aliás, escreve-se que o mapa 2 mostra a «influência orientalizante nos povos do Sudoeste Peninsular»; no entanto, se o virmos com atenção, nenhum dos sinais dessa influência está na área de *Pax Iulia* e nem sequer no território actualmente português. Interrogamo-nos se terá sido essa a melhor escolha.

Duvidaríamos também da utilidade de, em mapas como os números 4 e 5, se terem incluído tantos elementos, alguns repetidos, dificultando a leitura. E porque dar, no mapa 6, como «barragens romanas na periferia de *Pax Iulia*» todas as que se encontram a sul do Tejo, ainda que, em legenda, só se identifiquem as mais próximas? No mapa 7, então, intitulado «esquema de densidade da população no início do período romano», decalcado do n° 5, que significado atribuir às manchas ali apontadas, se não há legenda explicativa?

No mapa 8, escolheu-se para símbolo de inscrição romana uma placa estilizada contendo as letras M.D.S.: saberá a autora o significado dessas siglas? Dir-se-á que é um pormenor de somenos. Sê-lo-á. Mas se considerarmos que significam uma consagração a Cibele – de que apenas há três testemunhos no *conventus Pacensis* – quando, certamente, se pretendia escrever D. M. S., a habitual fórmula consecratória aos deuses Manes, típica das inscrições funerárias, talvez se compreenda melhor a razão da perplexidade.

Aprecia-se a preocupação em assinalar bem a localização da pedreira de Trigaches, donde provém a maior parte do material 'marmóreo' utilizado quer nos monumentos epigráficos quer nos elementos arquitectónicos da cidade romana (mapa 11).

Simplesmente insignificante o capítulo II que trata de *Pax Iulia* – aquele que, de acordo com a lógica do trabalho, seria dos mais significativos, porque capitéis sem urbanismo não se compreendem muito bem. Serão duas páginas e meia, se nos abstrairmos dos mapas (e era interessante ter-se explicado a utilidade da planta da cidade traçada por Frei Manuel do Cenáculo - gravura 13). Páginas em que se escreve *Pace Iulia* (em vez de *Pax Iulia*); em que se declara que a cidade terá sido criada «ex novo», quando vários estudos apontam em sentido contrário: os Romanos vieram implantar-se junto de uma povoação pré-romana, quiçá, nalguns pontos, mesmo em cima dela. Se é certo que a maior parte da bibliografia sobre esse tema surgiu após 1993, há, no entanto, alguma que poderia ter sido considerada, como é o caso de *Moura na Época Romana*, publicação da Câmara Municipal datada de 1990, onde se observa, na pág. 44, a propósito do epitáfio de *Asinia Priscilla*, mui provavelmente *romana civis*, e invocando o testemunho de um outro texto (IRCP 307), que poderia ter havido em Beja um estrato populacional indígena e outro romano, o que viria ao encontro da expressão «cidade mista» usada por Estrabão.

Na verdade, a este propósito – que era o do enquadramento histórico-cultural dos capitéis – Maria Antonieta Ribeiro não teve grande preocupação de leituras: foi um leve traçar de pano de fundo. Na nota 43 – só para se dar mais um exemplo – explica-se que, em 1992, Jorge Alarcão se baseou numa notícia de «O Bejense» de 28.06.1879, para datar as torres da muralha da cidade entre os anos 2 e 3 d. C. Não é de nos interrogarmos como é que apenas mais de cem anos passados se chegou a essa conclusão? Uma leitura atenta do escrito de Jorge Alarcão (que não é seguramente um eventual livro *Cidades e História* publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, mas sim o texto «A cidade romana em Portugal. 2. Renovação urbana em Portugal na época romana», inserido a pp. 73-128 dessa obra *Cidades e História*) teria trazido outra luz sobre o tema, na medida em que o autor se baseia numa nova interpretação feita, em 1988, desse texto publicado em 1879.

Quanto à cerâmica *sigillata* itálica da Herdade da Represa, citada na p. 24 remetendo para *O Domínio Romano em Portugal*, de Jorge de Alarcão (1988), para quem trabalha sobre Beja, decerto teria sido muito mais adequado citar a fonte primeira em que Jorge de Alarcão se baseia: *A Sigillata de Represas. Tratamento Informático*, de Maria da Conceição Lopes (Coimbra, 1994). Dir-se-á: a tese foi ultimada em 1993. É verdade; a sua publicação é, todavia, de 1999 e a autora teve o cuidado de escrever, no final da Introdução, datada de 29 de Maio de 1998: apesar de ter sido apresentado em Fevereiro de 1994, «para não tornar este ensaio demasiado longo, parte do texto original foi alterado». Apresentando as alterações, uma actualização bibliográfica não teria sido despendida.

Em jeito de conclusão

Traçada esta panorâmica sobre um livro que trata de elementos arquitectónicos estruturalmente funcionais mas cuja visualidade num edifício implica estética e sugere simbolismo - sentimentos, de facto, que há uma fase seguinte para a qual urgentemente se deve avançar: a das gentes.

Porquê estes capitéis e não outros?

Dizer que o capitel n.º 13, de estilo corintizante, tem paralelos num outro que há no *fórum* de Pompeia, num de Córdoba datado da época do imperador Adriano e, ainda, num terceiro achado em Madrid ou num quarto identificado em Miróbriga – que significado, alfim, nos pode sugerir? O duma cidade cosmopolita, aonde desvairadas influências ocorrem, aonde chegam mercadores e trazem víveres e, com eles, modelos estéticos e novidades e costumes outros?

Arqueologicamente, um capitel é um... capitel, com determinada função arquitectónica.

Acontece, no entanto, que, para além da funcionalidade, esse capitel é decorado, foi pensado para ser visto, há requinte na sua harmoniosa confecção. Porquê?

Essa, a resposta que – cada vez mais – se há-de procurar.

Que o elemento arquitectónico só ganha dimensão se o pusermos lado a lado com o Homem que, um dia, intencionalmente o planeou.

Cascais, 14 de Fevereiro de 2001

BIBLIOGRAFIA

BARRERA ANTÓN (José Luis de la), *Los Capiteles Romanos de Merida*. Monografias Emeritenses – 2, Museo Nacional de Arte Romano, Badajoz, 1984.

FERNANDES (Lídia), «Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos – Lisboa», *Conimbriga*, 38, 1999, 113-135.

FERNANDES (Lídia), recensão a Maria Antonieta Brandão S. RIBEIRO, *Capitéis Romanos de Beja*, 1999: *Conimbriga*, 39, 2000, 299-301.

FOCILLON (Henri), *Le Moyen Âge Roman*. Armand Colin, Paris, 1965.

GUTIÉRREZ BEHEMERID (M^a Angeles), *Capiteles Romanos de la Península Ibérica*, n^o 81 da série «Studia Archaeologica» de Valladolid, 1992.

HAUSCHILD (Theodor), «Untersuchungen am Römischen tempel von Évora (Vorbericht 1986/1987)», *Madriider Mitteilungen*, 29, 1988, 208-220.

HAUSCHILD (Theodor), «Arquitectura religiosa romana en Portugal», *Anas*, 2/3, 1989-1990, 57-76.

HAUSCHILD (Theodor), «Anotaciones sobre un capitel compuesto encontrado en Beja (Alentejo)», *Miscel.lània Arqueológica*, Tarragona, Abril 1992, 57-62.

IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, 1984.

LE GOFF (Jacques), *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Edições 70, Lisboa, 1985.

PEVSNER (Nikolaus), *Perspectiva da Arquitectura Europeia*. Livros Pelicano, Editora Ulisseia, Lisboa, s/ d. (edição original inglesa datada de 1943).

RIBEIRO (Maria Antonieta Brandão S.), *Capitéis Romanos de Beja*. Câmara Municipal de Beja, 1999.